Lula 4.0: violência bolsonarista, intimidação patronal e redes sociais

Lúcio Costa

04/11/2026

A defesa da ditadura, a exaltação das armas e a representação dos adversários como inimigos integram o discurso de Jair Bolsonaro desde antes de sua eleição. Em 1999, defendeu uma ruptura que, segundo declarou, exigiria uma guerra civil e milhares de mortes. Em 2016, ao votar pelo impeachment de Dilma Rousseff, homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido judicialmente como responsável por atos de tortura durante a ditadura.



Na campanha presidencial de 2018, Bolsonaro simulou disparos e anunciou que iria fuzilar a militância petista. Posteriormente, ameaçou banir adversários e enviá-los à chamada “ponta da praia”, expressão associada à repressão do regime militar. Eduardo Bolsonaro, por sua vez, admitiu, em 2019, a possibilidade de um novo AI-5. Em 2022, o Supremo Tribunal Federal condenou Daniel Silveira por crimes relacionados a ameaças contra ministros e ataques às instituições democráticas.

O assassinato do dirigente petista Marcelo Arruda, em 2022, e os ataques às sedes dos Três Poderes, em janeiro de 2023, ilustram, em circunstâncias distintas, a gravidade desse contexto. A CPMI dos Atos de 8 de Janeiro examinou a influência da desinformação, da retórica antidemocrática e da mobilização digital no processo de radicalização política.

A escalada da violência política

Paralelamente à ascensão do bolsonarismo, a violência política cresceu expressivamente no Brasil, sobretudo nos períodos eleitorais. Segundo levantamento da Terra de Direitos e da Justiça Global, os registros passaram de 46, em 2016, para 214, em 2020, e 558, em 2024, crescimento superior a 1.100% entre as eleições municipais. Nas disputas presidenciais, foram registrados 46 episódios em 2018 e 291 em 2022. Mesmo em 2025, ano sem eleições, ocorreram 225 casos.

Em 2026, foram identificados 134 episódios nos cinquenta dias da campanha do primeiro turno, média de um a cada nove horas. Após o segundo turno, levantamento preliminar do Ministério da Justiça apontou 45 ocorrências com possível motivação política, envolvendo 47 vítimas e dez mortes, ainda sujeitas a investigação.

A análise conjunta do discurso bolsonarista e da escalada da violência permite compreender a intimidação como componente estruturante das práticas de setores da ultradireita, utilizado para restringir a participação social. Essa dinâmica é compatível com projetos autoritários que procuram limitar a ação coletiva e reorganizar as relações entre Estado, sociedade e poder econômico. Os levantamentos, contudo, abrangem conflitos de diferentes origens, que não podem ser integralmente atribuídos ao bolsonarismo.

Bolsonarismo, poder econômico e intimidação dos trabalhadores

A intimidação política também assumiu formas explícitas de coerção econômica sobre os trabalhadores.

Após o segundo turno de 2026, Nikolas Ferreira (PL-MG) defendeu o boicote a estabelecimentos associados ao PT. Índia Armelau (PL-RJ) e Guilherme Kilter (Novo-PR) incentivaram a discriminação de empregados por suas escolhas eleitorais, provocando a atuação do Ministério Público do Trabalho.

Entre 28 e 30 de outubro de 2026, o Ministério do Trabalho e Emprego recebeu 4.305 denúncias de assédio eleitoral, das quais 757 na Região Sul e 230 no Rio Grande do Sul. Os números correspondem a relatos ainda sujeitos à apuração. No mesmo período, circularam listas de comerciantes e profissionais identificados como apoiadores de Lula, acompanhadas de incentivos ao boicote e a retaliações econômicas.

Quando o emprego e a subsistência se tornam instrumentos de pressão ideológica, o poder econômico converte-se em mecanismo de coerção sobre as classes trabalhadoras, comprometendo o exercício das liberdades democráticas.

Leia o artigo completo clicando **AQUI**.

Lúcio Costa *é Advogado Especialista em Direito Eleitoral*

Compartilhe nas redes: